



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufrgs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

Bellani Lyra, Vanessa; Zarpellon Mazo, Janice; Defaveri Begossi, Tuany
FACES DA GYMNASTICA E DA EDUCAÇÃO PHYSICA NAS ESCOLAS DO RIO
GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Movimento, vol. 22, núm. 4, octubre-diciembre, 2016, pp. 1325-1336

Escola de Educação Física
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115349439022>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

FASES DA GYMNASTICA E DA EDUCAÇÃO PHYSICA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

*FACETS OF GYMNASTICS AND PHYSICAL EDUCATION IN SCHOOLS OF RIO
GRANDE DO SUL IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY*

*FACETAS DE LA GYMNASTICA Y DE LA EDUCACIÓN PHYSICA EN LAS
ESCUELAS DE RIO GRANDE DO SUL EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL
SIGLO XX*

Vanessa Bellani Lyra*, **Janice Zarpellon Mazo****, **Tuany Defaveri Begossi****

Palavras-chave
História.
Educação Física.
Ginástica.
Saúde escolar.

Resumo: O estudo buscou investigar como ocorreu a conformação da Ginástica e da Educação Física no contexto escolar sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Como parte de um processo educacional mais amplo, desde a emergência do regime Republicano, a Ginástica e a Educação Física foram medidas adotadas na escola. Para compreender este processo numa perspectiva sócio-histórica, foram examinados documentos escritos, além de ter sido realizada a revisão bibliográfica. A análise das fontes identificou que as noções de Ginástica, Higiene Escolar e modernização se cruzaram nas primeiras décadas do século XX, momento em que ocorreu a entrada efetiva da Educação Física no ambiente escolar sul-rio-grandense.

Palabras clave
Historia. Educación
Física. Gimnasia.
Salud

Resumen: El objetivo de esta investigación ha sido comprender la rutina de trabajo de los profesores de Educación Física en los Centros de Atención Psicosocial (CAPS), a través de la identificación de sus acciones cotidianas y de las prácticas que dan identidad a la Educación Física. La metodología se ha basado en un estudio exploratorio en 7 CAPS de la ciudad de Goiânia, Goiás, con observación de la rutina semanal de trabajo de 17 profesores de Educación Física. Como resultado, identificamos dos categorías interconectadas que auxilian en la comprensión de la rutina de trabajo: el cuidado terapéutico, con un 63,8% y la planificación, organización y evaluación del cuidado terapéutico, con un 36,2%. La mayoría de los talleres terapéuticos involucraban prácticas corporales, lo que demuestra que la identidad de la Educación Física está contemplada.

Keywords
History.
Physical Education.
Gymnastics.
School health.

Abstract: This study aimed to investigate how Gymnastics and Physical Education were confirmed in the school context of the state of Rio Grande do Sul in the first decades of the twentieth century. As part of a broader educational process, Gymnastics and Physical Education were adopted at school since the emergence of the Republican regime. Written documents were examined in order to understand that process from a socio-historical perspective, in addition to a literature review. The analysis of the sources found that the concepts of Gymnastics, School hygiene and modernization crossed in the first decades of the twentieth century when Physical Education effectively entered in the state's school context.

* Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul, RS, Brasil.
E-mail: vblyra@ucs.br

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: janice.mazo@ufrgs.br

Recebido em: 29-08-2016
Aprovado em: 09-10-2016

 Licence Creative Commons

1 INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil emergia em 1889, impulsionada por um ideário político que reclamava por mudanças sociais. Imerso em um contexto conturbado, atravessado pelas inseguranças e terror da guerra, o novo regime anunciaava ideias de um país que se pretendia ao alcance de todos, ao lutar em defesa da emancipação social dos cidadãos brasileiros. Ao inferir o momento em que a sociedade brasileira foi mobilizada pela atmosfera revolucionária republicana de modernização, os elementos históricos nos permitem perceber que a conjuntura estabelecida, em fins do século XIX e início do século XX, apontava para um duplo compasso: o abandono da velha ordem e a consequente constituição de outra.

No início do século XX, os chamados *negócios da administração do novo regime* começaram a ser conduzidos por novos caminhos e métodos. Sem a menor cautela em registrar nos textos legais as oposições à administração Imperial, os novos governantes reorganizavam a vida da sociedade sul-rio-grandense a partir de transformações no Serviço da Higiene Pública, no Serviço Policial, na Magistratura, na Brigada Militar e, indubitavelmente, na Instrução Pública. Desse modo, a instrução pública, ou seja, a educação sucedida nas escolas, recebeu espaço significativo entre as preocupações norteadoras do recém-instituído regime.

No rol dos elementos fundamentais para a consolidação do novo projeto, a escola pública no Rio Grande do Sul (RS) despontava como uma das instituições sociais que urgiam por reformulações em sua estrutura, em seus meios e fins. Anunciando uma inspiração fortemente positivista, os documentos republicanos advogavam uma ideia de educação enquanto processo de adaptação do indivíduo ao novo meio social, em que os mais experientes – entre estes, os mestres – começavam a ser reconhecidos como peças fundamentais nesse processo de socialização. Se a ideia era a construção de um novo país, fazia-se necessária a produção e a circulação de novas crenças que conduzissem os rumos da nação.

De uma maneira mais ampla, essa compreensão política afirmava que o nascimento de um novo Brasil estava na dependência da gestação de um novo brasileiro: educado, saudável e instrumentalizado para a (re)construção do país. Assim, ao nascer biológico se sobreponha um novo protótipo agora trazido pela escola e caracterizado por hábitos ativos e higiênicos, em contraposição à ideia de imobilidade corporal. Nesse caminho, para que fosse possível compreender o lugar da Ginástica e da Educação Física na educação do RS do momento em questão, foi necessário perceber a atmosfera de transformações que perpassou a prática educativa, ressignificando o que se apresentava sobre a noção de escola e suas finalidades.

Nesse contexto, o objetivo do estudo é investigar como ocorreu a conformação da Ginástica e da Educação Física no contexto escolar sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, trata de fazer uma reflexão sobre as relações entre Ginástica e Higiene Escolar, bem como a presença da disciplina Educação Física no projeto educacional sul-rio-grandense, no período republicano. De forma mais específica, busca apresentar indícios de um processo de transformação histórica da Ginástica, que se por um lado apresenta-se como disciplina, por outro assume a faceta de prática corporal incorporada pela Higiene e pela Educação Física na escola.

A investigação da realidade histórica eleita inspirou-se no conceito teórico *campo*, descrito por Bourdieu (1983; 1996), a partir do qual nos fez tensionar a inserção da *Gymnastica* e da Educação *Physica* no cenário educacional sul-rio-grandense. Na medida em

que os posicionamos em meio a um contexto sociocultural, tais saberes curriculares foram se constituindo enquanto elementos para o forjar de indivíduos sociais posicionados de forma favorável ao desenvolvimento do contexto desejado. A partir do ideário bourdieusiano (BOURDIEU, 1983), *campo* é concebido como um espaço social de concorrências, marcado pela disputa daquilo que merece ser legítimo e, de outro modo, legitimado. Bourdieu (1983) aponta que tais disputas se dão na atmosfera simbólica do poder, velando a real intenção de seus detentores: a hierarquização dos objetos no espaço social.

Para o alcance do objetivo proposto, foram analisados documentos escritos, sobretudo as leis expedidas no período, sendo interpretadas como meios de orientação educacional; além de decretos, currículos oficiais de formação docente e relatórios expedidos pelos governantes estaduais. Tais materiais foram concebidos enquanto textos históricos, portadores de mensagens, sentidos e finalidades particulares ao seu contexto. Nesse viés investigativo, a análise dos referidos documentos foi realizada tendo por base as técnicas da análise documental (PIMENTEL, 2001; CORSETTI, 2006).

A interpretação das fontes históricas, subsidiada pelo referencial teórico eleito, nos permitiu reunir as informações coletadas em três subitens: A escola em direção ao corpo e seus movimentos; *Gymnastica* e Higiene: conteúdos que se ensinam e; A educação moral, intelectual e *physica*.

2 A ESCOLA EM DIREÇÃO AO CORPO E SEUS MOVIMENTOS

A partir das convicções defendidas no Regimento Oficial divulgado em 14 de outubro de 1927, tornou-se notória a adoção de um conceito de educação mais dinâmico e ritmado, que parecia solicitar o movimento corporal como parte do processo de ensino-aprendizagem. Diferentemente das abordagens trazidas pelos documentos anteriores, cujos saberes curriculares eram tratados de forma rígida, individual e isolada, o Regimento de 1927 apresentou a possibilidade do conhecimento através da experiência prática. Em outras palavras, a simples ação de levantar-se das cadeiras, de andar pelos espaços das salas de aula ou mesmo de fazer uso das habilidades de manipulação tornou os conteúdos mais práticos.

Já nas primeiras linhas do documento supracitado é possível percebermos que a educação escolar abria espaços para outras faces educativas, para além da educação intelectual. Falava-se de um ensino que deveria ser prático, concreto e intuitivo, que preparasse os indivíduos para a vida social, através da educação moral, do civismo e, ao mesmo tempo, de uma educação *para e pelo* corpo. De forma objetiva, por meio da resolução de problemas e da vivência de atividades práticas, o corpo parecia começar a fazer parte do ensino e da aprendizagem da escola primária do RS.

Um exemplo característico dessa nova perspectiva educacional pode ser encontrado nas diretrizes para o ensino da Aritmética, em que o Regimento de 1927 previa que o ensino da teoria deveria suceder à resolução de problemas que, habitualmente, o aluno iria resolver *na prática da vida*. Para a disciplina de Geometria o documento propôs o recorte e a construção, em papel cartão, de figuras geométricas e avaliação de áreas. Por fim, para o ensino de Geografia propôs – em vez das resenhas sobre rios e mares – a adoção de materiais como areia e massas de modelagem para que o professor erigisse planícies, vales, montes e serras em parceria com suas turmas.

Neste caminho, é possível apreendermos que, pouco a pouco, a noção de movimento corporal num sentido amplo e de *Gymnastica*, como lócus principal desse feito, ganhava espaço nas formas de se pensar e se fazer a Educação, no estado do RS. No que tange propriamente ao ensino da *Gymnastica*, nesse momento, o Regimento previa ganho de espaço ao anunciar que “procurar-se-á desenvolver o physico com pequenos exercícios diarios executados em um dos intervallos das lições em cada classe. Além desses, consagrar-se-á uma hora por semana para ser executada em conjunto de classes fóra do prédio” (RIO GRANDE DO SUL, 1927a).

Se a ideia do movimento corporal estava ganhando força no ambiente escolar, este pode ser reforçado na realização do concurso para o magistério público estadual, do ano de 1927. Era, pois, a primeira vez na história dos concursos públicos voltados ao campo da educação no estado do RS que se assistia a entrada de saberes da disciplina de *Gymnastica* dentre aqueles que demarcavam as exigências de acesso à profissão docente (LYRA, 2013). Pelo Decreto n. 3975, de 28 de dezembro de 1927, foi aprovado o programa para o concurso ao magistério público do estado, no qual se exigia o domínio dos seguintes saberes específicos:

GYMNASTICA: Marchas com evoluções dispersas. Accelerado. Marche-marche. Exercícios para os membros superiores, inferiores, tronco e pescoço. Respiração acompanhada de movimentos apropriados para dar maior capacidade thoraxica. Exercícios de equilíbrio sem apparelhos. Exercícios com bastão. Exercícios combinados (membros superiores, inferiores, tronco e pescoço). Saltos de altura com pequeno obstáculo (0,35) e à distância. Corridas de velocidade e resistência. Jogos menores, ao ar livre. Volley-ball. Ball-brilée. Respiração. Hand-ball. (RIO GRANDE DO SUL, 1927b, p.758).

Com relação aos saberes específicos acima mencionados é possível tecer uma breve comparação com o estudo de Tarcisio Mauro Vago sobre a escolarização da Educação Física em Belo Horizonte. O autor pontua que os principais jogos que fizeram parte das práticas de Educação Física Escolar nas primeiras décadas de sua inserção nos currículos mineiros foram: “*volley-ball; Ball-brilée; Hand-Ball; Basket-Ball*” (VAGO, 1999, p. 55). Além dessa, outra comparação possível com a pesquisa do mesmo autor (2002) diz respeito ao espaço ocupado pela Educação Física e Ginástica na cultura escolar de Belo Horizonte, que é um tanto similar ao cenário sul-rio-grandense. Assim como no RS, ele assinala que, no ensino público primário de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, a Educação Física e a Ginástica foram práticas adotadas na educação dos corpos de crianças.

No RS, nos dois anos que se seguiram após a realização do concurso do magistério se evidenciaram sensíveis avanços ao ensino da Ginástica. Talvez, esse momento em particular possa ser localizado como aquele em que apontamos as primeiras estruturações de uma nova área de conhecimento para as escolas de formação de professores do RS: a Educação *Physica*¹. Assim, torna-se possível, portanto, começar a avistá-la como um subcampo onde começam a se estabelecer feitos e realizações próprias, além de construções de suas próprias lógicas de funcionamento em prol do objetivo maior da educação escolarizada.

Parece-nos que uma efetiva mudança de rumos da educação sul-rio-grandense ocorre no ano de 1929, com a aprovação do Decreto n. 4258, de 21 de janeiro. Tal documento previu uma série de mudanças no arranjo da educação pública, ao anunciar a criação e a organização da Diretoria Geral da Instrução Pública. O referido órgão se constituía em uma

¹ Cabe aqui pontuarmos que essa nova Educação *Physica*, que assim se registra em razão da grafia da época, estruturava-se como uma disciplina curricular específica, que assumia o lugar da *Gymnastica* na arquitetura curricular, embora seus conteúdos principais tenham permanecido, ainda por um bom tempo, em torno da *Gymnastica* (LYRA, 2013).

repartição encarregada de administrar, articular, orientar e fiscalizar o ensino ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo governo do estado. Ao que se apresenta diante de nós, talvez o aspecto da fiscalização do ensino, seja aqui importante de ser destacado.

Neste sentido, o ato de fiscalizar o trabalho docente passou a ser considerado parte do processo de implantação de um novo conceito de educação no estado, afeito ao movimento corporal. Nessa direção, houve a descentralização das responsabilidades pelo controle do bom andamento do ensino público, para o qual o Diretor Geral foi apoiado nesta tarefa por “1 [um] inspector do ensino Normal e Complementar; por 10 [dez] inspectores technicos do ensino elementar; 3 [três] inspectores médicos; 5 [cinco] inspectores dentários” e também, por aquele que mais nos é caro neste cenário, a saber, “1 [um] inspector de educação physica” (RIO GRANDE DO SUL, 1929, p. 237).

Mesmo que seu espaço e reconhecimento ainda estivessem em construção, há evidências de que a Educação *Physica* passou a ser compreendida como um elemento importante no contexto escolar sul-rio-grandense. Não obstante, o aumento de carga horária nos currículos das escolas elementares e dos cursos de formação profissional e a criação de uma inspetoria com vistas a vigiar o trabalho que era desenvolvido no interior da disciplina de Educação *Physica* revelam a preocupação em consolidar no ambiente escolar um saber particular que se tornava significativo e, ao mesmo tempo, transmiti-lo adiante com eficácia e eficiência.

Em termos práticos pontuaram-se no decreto de 1929 as competências que deveriam ser postas a feito pelo inspetor de Educação *Physica*. De forma clara e objetiva, estas foram descritas no artigo 18 do referido decreto, conforme segue:

Art. 18 – Compete ao inspector de educação physica: I – apresentar anualmente ao Director Geral um programma de educação physica; II – desenvolver e executar o programma que for aprovado; III – orientar os professores e inspecionar as escolas; IV – organizar o escotismo nas escolas; V – propor a aquisição de apparelhos e materiaes apropriados á educação physica; VI – apresentar ao Director Geral, até 15 de janeiro, minucioso relatório dos serviços do anno anterior (RIO GRANDE DO SUL, 1929, p. 237).

Seguindo a leitura das obrigações destinadas aos inspetores, outro fato cabe ser destacado: as competências cabidas ao inspetor médico-chefe. Dentre outras tantas que justificavam suas ações dentro dos perímetros da saúde, destacavam-se também as orientações com vistas a vistoriar o trabalho dos inspetores médicos, dentários e de Educação *Physica*. Há aqui, ao que parece, um sentido compartilhado pela Medicina, Odontologia e Educação *Physica* a ser, novamente, promovido e vigiado no ambiente escolar sul-rio-grandense: a higiene.

3 GYMNSTICA E HIGIENE: CONTEÚDOS QUE SE ENSINAM

Ao ser atravessada pelos preceitos do asseio, da limpeza e da saúde, a escola primária afirmava-se, ao mesmo tempo, como o lócus regenerador dos males trazidos do ambiente externo e como aquela capaz de devolver à sociedade o novo cidadão brasileiro, liberto de vícios e doenças. Assim, todos os elementos da escola seriam fiscalizados nos preceitos de higiene: os ambientes, os materiais, o mobiliário, os alunos, os funcionários e também os professores. Estes últimos, por sua vez, estavam designados a agir em parceria com os médicos escolares

para “classificar, physica e psychicamente o alumno para submetê-lo ao processo pedagógico adequado e poder organizar as fichas anthropometricas” (RIO GRANDE DO SUL, 1929).

À medida que as ações de saúde foram se intensificando, os médicos escolares precisaram cada vez mais contar com a participação de outros agentes educativos, como foi o caso das enfermeiras que visitavam os domicílios dos alunos e dos próprios professores. Nesse cenário de males e doenças, eis, então, que surgem a Medicina e a Educação. Para termos um rápido panorama do quadro que se desenvolvia, mais precisamente ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) no país e, particularmente, no estado sul-rio-grandense, figurava um cenário de adoecimentos e óbitos causados por doenças como tuberculose, febre tifoide e, sobretudo, pela tão temida pandemia de gripe espanhola. Diante de tal panorama, se fazia necessário repensar a República e educar o povo sul-rio-grandense para a saúde².

Em artigo publicado na imprensa, Freitas e Castro (1933) chamava a atenção para a necessidade de implantação de medidas sanitárias imediatas, aos custos de, em poucos anos, os problemas tornarem-se calamidades para o estado. Reclamava da ausência de uma *consciência sanitária do povo* e aclamava o acaso de termos um clima que não permitia o desenvolvimento de certas moléstias, ainda que registrasse a presença de febre tifoide, lepra, tuberculose, varíola, verminoses, entre outras. É justamente na elaboração dessa consciência de saúde que o processo educacional e, mais precisamente, a escola primária do RS eram evocados em sua função transformadora.

Distante das já ultrapassadas punições e imposições que faziam parte dos elementos didáticos da pedagogia em vigor, caberia à escola a tarefa precípua de instruir e forjar convicções nos indivíduos, rumo à realização dos propósitos da higiene social (STEPHANOU, 2005). É seguindo essa visão sobre o papel da educação na nova sociedade que Emilio Kemp Larbeck assevera nas palavras escolhidas para a sua tese, apresentada à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1934:

Inútil é encarecer a necessidade de difundir o ensino de *higiene* nas escolas primárias. Hoje, não há quem não reconheça que, só assim, poderemos criar a desejada e indispensável **consciência sanitária** que fará a robustez e a defesa de nossa raça. Todas as nações cultas lançaram mão deste processo, e outro não existe porque só a escola educa, transforma e dirige os destinos dos povos. Como obrigar, por meio de leis e penalidades, o indivíduo a proceder higienicamente, se ele desconhece os preceitos e as vantagens da prática sanitária? Da ignorância resulta, quase sempre, a falência das boas intenções, principalmente quando estas visam **modificar hábitos**, destruir costumes enraizados. Só a educação leva ao espírito a convicção e transforma em ato espontâneo o conhecimento que se adquiriu (LARBECK, 1934, p. 5, grifos nossos).

Nesse sentido, modificar hábitos sociais vistos como errados e prejudiciais e substituí-los por outros, compreendidos como promotores de vida e saúde deveria ser um processo aprendido e incorporado no ambiente escolar. Para isso, tudo na escola deveria educar os indivíduos para a saúde: os métodos, os conteúdos, os espaços e, sobretudo, os próprios professores. Ao que parece, a saúde tornava-se conteúdo privilegiado a ser ensinado pela escola, tão importante quanto o aprendizado das letras ou das contas.

² Cabe ressaltar que o cuidado público com a saúde iniciou no RS nos momentos finais da década de 1920, pela proposição de um projeto de Reforma Sanitária (SCHWARTSMANN; PENNA, 2011). Como dirigente dessa reforma, o presidente Getúlio Vargas escolheu Fernando de Freitas e Castro, médico-chefe da Diretoria de Higiene e professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (ALVES, 2010).

A escola pública no RS era consideravelmente mais procurada a cada ano que se seguia a estes momentos iniciais do século XX³. De tal modo, é precisamente nesse momento que os médicos assumem um papel educacional frente à saúde, legitimando a escola como o espaço privilegiado para adquiri-la enquanto hábito. Nessa conjuntura, muitos questionamentos levantados pelos médicos colocavam em xeque a situação da escola brasileira da época e da própria organização curricular.

De acordo com Stephanou (2005), o pensamento médico à época tratava como inconcebível o fato de a higiene ainda não ter sido privilegiada como objeto de ensino. Afinal, a saúde era um bem necessário em um duplo sentido: “sem Educação a Saúde completa é impossível; sem Saúde não se aprende”. Na esteira desse ideal, não por acaso o Decreto-Lei n. 4.277 de 13 de março de 1929 traz novos direcionamentos para a formação de professores primários no estado. Reintegrada a Escola Normal de Porto Alegre, estariam nela concentrados os direcionamentos do Ensino Normal e Complementar, sendo que este último ocorria nas escolas complementares espalhadas por todo o estado.

Na busca por encontrar uma proximidade entre um discurso médico-sanitário e as práticas de Educação *Physica* Escolar, evidenciamos as grades curriculares que orientavam a formação de professoras(es) neste determinado momento. O Quadro 1 possibilita constatar a inserção de disciplinas voltadas às novas noções de higiene que atravessavam o conceito de educação e sociedade, ao mesmo tempo em que conduz o olhar para os saberes de Educação *Physica* no currículo, agora reunidos em uma disciplina curricular de mesmo nome.

Quadro 1 - Currículos de formação de professores do Ensino Normal (Escola Normal) e Complementar (Escola Normal e Escolas Complementares).

1929	
Ensino Normal	Ensino Complementar
<i>Litteratura Vernacula, especialmente do Brasil</i>	Português
<i>Algebra e Geometria</i>	Francês
<i>Pedagogia, Didactica e Legislação do Ensino</i>	<i>Arithmetica, Algebra e Geometria com desenho linear</i>
<i>Historia da Civilisação e da America</i>	<i>Geographia Geral, Chorographia do Brasil, Cosmographia</i>
<i>Psychologia Experimental applicada á Educação</i>	Desenho figurado
<i>Hygiene Geral, Hygiene Escolar e Puericultura</i>	<i>Historia Geral do Brasil e Ensino Civico</i>
<i>Historia e Educação</i>	<i>Sciencias (Physica, Chymica, Historia Natural e Noções de Hygiene)</i>
<i>Educação Physica</i>	<i>Economia Domestica</i>
	<i>Musica e Canto Côral</i>
	<i>Trabalhos Manuaes (masculino e feminino)</i>
	<i>Educação Physica</i>
	<i>Pedagogia e Pratica Profissional</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Decreto-Lei n. 4.277 de 13 de março de 1929, p. 237.

Pontuamos, em primeiro lugar, que a formação oferecida pela Escola Normal da capital contava com uma disciplina integral a esse respeito, a saber, *Hygiene Geral, Hygiene Escolar e Puericultura*. Já nas Escolas Complementares, o tema da Higiene se encontrava inserido na cadeira de *Sciencias* sob a denominação de *Noções de Hygiene*, dividindo seu espaço

³ Dados nos apontam que, “ao alvorecer da República, havia uma entrada de matrículas de 14.500 alunos nas escolas públicas do estado, ao passo que, em 1925, esse número ultrapassava a casa dos 185.000 alunos” (PIO DE ALMEIDA, 1926, p. 4).

com outros saberes como a *Physica*, a *Chymica* e a *Historia Natural*. Vale ressaltar que, nas Escolas Complementares, a Higiene era tema de estudos apenas no terceiro e último anos que compunham a totalidade do período de formação do professorado.

Em segundo lugar, nosso olhar é conduzido para a presença curricular mais concreta dos saberes relacionados à Educação *Physica*. Em ambos os cursos de formação, tanto no Normal como no Complementar, a disciplina estava presente em todos os anos letivos e seus saberes integravam o rol de disciplinas presentes também nos exames finais. Nesse processo de compreensão da Educação *Physica* Escolar enquanto campo que foi se constituindo no RS, sobretudo, ao longo da primeira metade do século XX, parece-nos fundamental reconhecer a correspondência que passou a existir entre as ideias de movimento corporal, saúde e modernização.

4 A EDUCAÇÃO MORAL, INTELECTUAL E *PHYSICA*

De uma concepção inicial de educação que privilegiava a teorização como método de ensino e deflagrava, por conta disso, uma proposta afeita à imobilidade dos corpos escolarizados, viu-se edificar uma metodologia ativa e dinâmica, na qual o movimento corporal passou a fazer parte das rotinas diárias do ensino. De uma leitura de escola como transmissora de saberes enciclopédicos e elitizados e, por isso, afastada dos usos da vida prática, viu-se construir um conceito de escola que teria como objetivo o diálogo de seus saberes com a vida social. Em outras palavras, a escola primária deveria pensar seus conteúdos e métodos de ensino na direção de preparar o aluno para ser o futuro cidadão brasileiro, mensageiro de um novo país modernizado.

No que tange à saúde compreendida aos poucos como bem público, à escola primária caberia não somente as correções de postura e imperfeições, mas, sobretudo, o ensino dos hábitos e dos cuidados de si. Nesse sentido, as noções de saúde, movimento corporal e modernização se cruzaram ao alvorecer da década de 1930, momento em que ocorreu a entrada efetiva da Educação *Physica* no ambiente escolar sul-rio-grandense. Assim, fazia-se necessário aprender o correto conceito de movimento, bem como as formas de movimentar-se.

Cabe reiterarmos que o discurso médico entrou no ambiente escolar justamente por carregar em si o símbolo de sua autoridade: a bandeira da ciência (*leia-se verdade*). Desse modo, o movimento corporal passou a ser reconhecido como um elemento próprio à infância, inerente à fase de desenvolvimento humano. Por esse motivo, a escola moderna que se pretendia instaurar deveria ser conchedora da infância e da juventude em seus aspectos desenvolvimentistas e, a partir desse conhecimento, propor as maneiras de melhor agir sobre os indivíduos.

A esse respeito, destacamos a citação abaixo localizada em material direcionado aos professores primários, denominado *Guia Prático de Pedagogia Experimental* (KERGOMARD; BRÉS, 1930), traduzido e publicado no Brasil em 1930. Esse material trazia como temática central os preceitos da Escola Nova e tornou-se um dos estudos obrigatórios aos professores primários brasileiros:

Uma das mais imperiosas necessidades da criança, a necessidade de mover-se, de agir, torna-se, bem dirigida, o ponto de partida duma qualidade primordial: o amor ao trabalho [...]. O que constitue o meio em que vive a criança não lhe

basta, em breve, à atividade intellectual; a imaginação descontina-lhe encantados horizontes; ela quer vê... de longe... Lê, estuda, dizem-lhe os pais e mestres. E a atividade intellectual leva-a assim ao estudo, como a atividade physica a conduziu aos trabalhos manuais. A criança, primeiro trabalhou impelida por um instinto, instinto irresistível em todo ser normal (KERGOMARD; BRÉS, 1930, p. 92).

Ao que se apresenta diante de nós, construiu-se no RS uma preocupação em fazer com que a educação do corpo estivesse articulada à educação dos espíritos e das *mentalidades*⁴. Reiterando os parâmetros anunciados pela educação moderna, a escola deveria defender a educação integral, na qual os objetivos e esforços pedagógicos recairiam sobre o equilíbrio do corpo, da mente e do espírito. Nesse sentido, mais do que um bom executor de ações mecânicas, a figura do professor de Educação *Physica* deveria apresentar qualidades de cunho moral e ético, a fim de que, a partir de sua prática, fosse capaz de transpor as barreiras de uma educação meramente corporal (LYRA; MAZO, 2011).

A prerrogativa do equilíbrio harmônico das dimensões corporais em prol de uma educação integral é presente de forma latente no ideário de uma educação nova. Corroborando as bases *científicas* de uma educação moderna, nas quais se anuncia a preocupação em cercar a criança das influências mais favoráveis à sua formação *intellectual*, moral e *physica* (A EDUCAÇÃO..., 1929, n.p.), a Educação Física se estabelecia no estado, assumindo contornos adequados à construção de um discurso único e coerente com os objetivos e fins da educação que então se anunciava.

A referida prerrogativa pode ser constatada na análise da legislação referente aos orçamentos escolares, como no caso do Decreto-Lei n. 3.934, de 13 de dezembro de 1927. A tabela de despesas da Instrução Pública retratada anunciava as fatias do orçamento que deveriam ser empregadas na reforma e/ou construção dos novos prédios escolares. O espaço destinado ao movimento corporal sistematizado era anunciado pela construção de um pavilhão coberto para a prática da *Gymnastica*. Em suma, o documento é claro em suas orientações: “as plantas de construção deverão obedecer rigorosamente às regras higiênicas e pedagógicas” (Art. X).

Nesse mesmo contexto em que começava a ser avistada a materialidade de uma pedagogia voltada ao movimento corporal, destacamos as propagandas que os colégios subsidiados lançavam a respeito de si, nas páginas de periódicos educacionais da época. O extrato a seguir nos dá um exemplo da atenção dada à educação do físico em um colégio localizado na cidade de São Leopoldo/RS, no arranjo de uma proposta educacional que se pretendia integral e, portanto, moderna:

*Ginásio Cruzeiro do Sul: Fundado em 1912, sob inspeção federal desde 1932. Internato para rapazes – seminternato mixto - educação **intelectual, física, moral e cívica** - excelente corpo docente. Drama – escotismo - escola de instrução militar - grande laboratório, confortáveis instalações, **estádio em construção** (GINÁSIO CRUZEIRO DO SUL..., 1939, p. 147, grifos nossos).*

A convicção de *educação integral*, presente no bojo do Manifesto de 1932, encontrava no discurso médico-higienista o seu reforço⁵. Nas palavras de Vidal (2013), o referido documento reivindicava a direção do movimento de renovação e modernização da educação

⁴ Expressão que passou a ser presente em algumas fontes históricas, fazendo menção a uma ideia de construção do pensamento educado.

⁵ O Manifesto redigido por Fernando de Azevedo e assinado por um grupo de educadores/as é um documento histórico anunciado ao povo e ao governo e propõe a emergência do que considerou uma *nova política educacional* para o Brasil.

e da sociedade brasileira, idealizando diretrizes e arquitetando uma escola laica, gratuita e de obrigação do Estado. Da mesma forma que os reformadores, os médicos acreditavam que a educação não se resumia a uma instrução meramente inicial e elementar, antes disso, como nos apresenta Stephanou (1999), a educação defendida nas escolas deveria ser física, intelectual, sexual, mental, moral e cívica. Nesse passo, tornando-se importante e justificado na escola, o movimento corporal, agora sistematizado, passou a ser encontrado primordialmente *encapsulado* na disciplina de Educação *Physica*⁶, tendo um professor especialmente direcionado ao trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, nossa atenção recaiu sobre os espaços que a Ginástica e a Educação Física passaram a ocupar na vida social do RS marcado pelo regime Republicano. Aos poucos, o que começou a ser observado nos textos legais, nos currículos das escolas primárias e, sobretudo, nos currículos dos cursos de formação de professoras(es) para atuar nas escolas primárias do RS, foi o fato de que as práticas de Ginástica e Educação Física foram adquirindo tempos e espaços ligeiramente mais amplos nos arranjos educacionais. Tais práticas tornaram-se importantes não somente para a vida escolar, como também para a vida social do novo Brasil. A partir das fontes históricas analisadas, percebeu-se a adoção de um conceito de educação que parecia solicitar a Ginástica como parte do processo de ensino-aprendizagem, fomentado pela demanda da sociedade emergente.

Os indícios que a pesquisa expôs aludem à possibilidade de estudos sobre o processo de disciplinarização da Educação Física sul-rio-grandense. Além disso, estudos de caso histórico-documentais permitem construir relações com outros projetos educacionais no campo da Ginástica e da Educação Física, que foram forjados no contexto nacional no período demarcado. Para futuras pesquisas, recomenda-se que referências acerca da Ginástica e da Educação Física em outros contextos regionais sejam mobilizadas para estabelecer estudos comparativos com o Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO *physica* no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação Physica**, n. 11, p. 21, 1937.
- ALVES, Gabrielle Werenicz. Imagens da reforma Sanitária (Rio Grande do Sul – 1929). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.2, n.4, p. 85-95, dez. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zaro, 1983. p. 89-94.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNIrevista**, v.1, n.1, p.32-46, jan. 2006.

⁶ O termo *encapsulado* foi utilizado por Dallabrida (2001, p. 36), ao referenciar que “para serem transmissíveis e assimiláveis pelos estudantes, os conteúdos culturais selecionados pela educação escolar passam pelo processo de elaboração didática, sendo *encapsulados* sob a forma de disciplinas-saber”.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação Escolar das Elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FREITAS E CASTRO, Fernando de. Organização sanitária do Brasil e reforma dos serviços sanitários do Rio Grande do Sul. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v.19, p.156-84, 1933.

GINÁSIO CRUZEIRO do Sul. **Revista do Ensino**, v.2, n.7, 1939.

KERGOMARD, Pierre; BRÉS, Edward. **Guia prático de Pedagogia Experimental**. Rio de Janeiro: J. Briguet, 1930.

LARBECK, Emílio Kemp. **Contribuição para a higiene escolar no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1934.

LYRA, Vanessa Bellani. **A Criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)**. 2013. 279f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. “Os modernos methodos de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Physica na capital sul-rio-grandense. **Do Corpo: Ciências e Artes**, v.1, n.1, p.1-13, jul./dez. 2011.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov. 2001.

PIO DE ALMEIDA, João. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Officinas Graphicas “A Federação”, 1926. Acervo: **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 3903, de 14 de outubro de 1927. Aprova o Regimento Interno dos estabelecimentos públicos do Estado. **Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1927a.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 3975, de 28 de dezembro de 1927. Aprova o programa para o concurso dos candidatos ao magistério público. **Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1927b. p. 758

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 4258, de 21 de janeiro 1929. Aprova o regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública. **Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1929. p. 237.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 4277 de 13 de março de 1929. Provê sobre o ensino Normal e Complementar do Estado. **Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1929.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista; PENNA, Rejane Silva. **História e Saúde, diálogos com a dor e a cura**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 1999. 303 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3: século XX.

VAGO, Tarcisio Mauro. Estratégias de formação de professores de gymnastica em Minas Gerais na década de 1920: produzindo o especialista. *In: Ferreira, Amarílio Neto (Org). Pesquisa histórica na educação física.* 4. ed. Vitória: Aracruz, 1999. p. 51-78.

VAGO, Tarcisio Mauro. **Cultura escolar cultivos dos corpos:** Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

Observação:

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.